

2021

nº 12

# SABUCALE



REVISTA DO MUSEU DO SABUGAL

## ÍNDICE

- 5 *Editorial*
- 7 *A problemática em torno das estruturas em negativo descobertas no sítio da Matrema IV (Aldeia da Ponte)*  
Paulo Pernadas
- 31 *A Vila e o castelo templário de Touro. A propósito dos 800 anos da atribuição do foral*  
Marcos Osório
- 59 *Estelas medievais da freguesia da Ramela (Guarda)*  
António Sá Rodrigues
- 71 *Os Expostos no Concelho do Sabugal*  
Sara Margarida Vitória Pereira
- 83 *Alminhas do concelho do Sabugal (novos dados)*  
Jorge Torres
- 87 *As tradições da Quaresma no concelho do Sabugal*  
Armando Matos
- 113 *A toponímia como Paisagem Linguística e Património Linguístico. Ruivós, no cruzamento de rotas para a Madeira?*  
Helena Rebelo
- 133 *Colónia Agrícola de Martim Rei - a primeira experiência da Junta de Colonização Interna*  
Filipa de Castro Guerreiro
- 157 *A Geografia Física aplicada ao território do Concelho do Sabugal: principais estudos e referências (ao longo de mais de um século)*  
Vítor Clamote
- 175 *Publicações recebidas por oferta ou permuta com a Sabucale*

## **A toponímia como Paisagem Linguística e Património Linguístico.**

### **Ruivós, no cruzamento de rotas para a Madeira?**

Helena Rebelo (\*)

*Para lembrar “os de Ruivós”, de qualquer tempo,  
incluindo os meus familiares de ontem e de hoje*

#### **Introdução**

No Mestrado em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira, na disciplina de Património Linguístico, tem-se proposto aos estudantes o exercício de comparar topónimos de “regiões” (aqui, o conceito de “região” é entendido enquanto área geográfica portuguesa tradicionalmente definida como tal em designações do género de Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Alta, etc., podendo incluir outras como Raia) do continente português com topónimos do arquipélago madeirense (para uma primeira fase porque, numa segunda, se pretende alargar aos nomes de lugares açorianos e, numa terceira, a outros que receberam influência portuguesa como os territórios brasileiros, os angolanos, os moçambicanos, etc.), no sentido de procurar afinidades. Este processo pode ser uma ferramenta útil para comprovar, ou não, relações que poderão datar da época do povoamento arquipelágico madeirense, nesta fase inicial da pesquisa.

Com o mesmo intuito, recorrendo, não à cartografia como sucede na investigação em curso, mas a um testemunho vivo, pela recolha de conhecimentos de um informante, decidiu-se investigar possíveis correspondências entre a Raia e a Madeira. Sendo o informante originário de Ruivós, essa é a localidade da Raia (região fronteiriça da Beira Alta) de onde se parte para se poderem tirar conclusões. A finalidade não é a da recolha de linguagem regional (cf., por exemplo, Martins, 1941, Rebelo e Nunes, 2015, ou Rebelo, 2017b), visto que não se pretende individualizar, ou seja, “regionalizar”, mas estabelecer pontes entre regiões de um todo nacional. Pretende-se compreender o que há em comum, mais do que as diferenças existentes. Estas últimas são várias; têm suscitado interesse e vão-se afirmando, havendo uma tendência cada vez maior para o

regionalismo. Propõe-se uma inversão de sentido. O desafio apelativo é perceber o quanto o Património Linguístico evidencia uma herança comum, estando esta a estabelecer-se. Mais do que olhar para o que é diferente, que também importa, deseja-se observar o que é igual e procurar entender os dois fenómenos: as divergências e as convergências, sublinhando estas, de momento, sempre que for viável.

### 1. Contextualização: Ruivós, no cruzamento de rotas pedonais

A viver no Funchal, a maior cidade da Região Autónoma da Madeira, há mais de vinte anos, procuram-se pontos de contacto entre este território insular que celebra 600 Anos de Descobrimento, com posterior povoamento, e a zona centro do país, isto é, a Beira Alta e, por acréscimo, a Beira Litoral, que se conhece relativamente bem. Por exemplo, nesta zona central do continente português, há muito que se voltou a ouvir falar dos caminhos de Santiago, que continuam a não ter relevância para os insulares, na celebração da chegada dos portugueses a este arquipélago (1418-2018, 1419-2019 ou 1420-2020?). A tradição medieval portuguesa de ir a Santiago de Compostela a pé (também há quem faça o percurso de bicicleta ou com outro(s) meio(s) de transporte) voltou, nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI, a estar na moda. Os caminhos portugueses devem ser tão concorridos quanto os franceses, de que também se têm ouvido ecos em publicidade turística. Sabe-se que, por exemplo, a Rainha Santa Isabel foi uma das peregrinas “portuguesas” medievais mais famosas, tendo feito uma parte do caminho a pé porque, apenas quando se aproximava do destino, caminhou pelo próprio pé (de Portugal, mais precisamente de Coimbra à Galiza, foi, pelo que se diz, transportada e, quase a chegar ao destino, andou como qualquer peregrino). Aliás, hoje, os moradores da zona de Santa Clara, onde permaneceu a inesquecível rainha, na cidade conimbricense, nomeadamente na zona do Bordalo, das suas janelas e varandas, assistem à passagem diária de dezenas e dezenas de caminhantes, inclusive muitos estrangeiros, a fazerem o percurso – ou sozinhos ou em grupo – que vai marcado em algumas ruas e esquinas da cidade com a famosa concha de Santiago ou com uma outra representação a assinalar o Caminho (cf. Fig. 1). Não há nada de comparável na Madeira. Os chamados “Caminhos Reais” são distintos.



Fig. 1 – Marca a assinalar o Caminho de Santiago na cidade de Coimbra (fotografia da autora 2019).

Ainda na zona centro de Portugal, associar o “caminho”, no sentido literal, ao sentido que pode ter a nível religioso ocorre, por exemplo, no

artigo de “Alminhas de ontem e de hoje”, de Jorge Torres (2011a). Ambos estão ligados por dar conta das construções (sobretudo em granito) que marcam os caminhos na área do Sabugal, sendo interessantes para quem estuda a Paisagem Linguística e o Património Linguístico. As marcas ou os sinais ao longo dos caminhos vão mudando com os tempos e as necessidades das pessoas, não deixando de ter relevância para quem deseja compreender determinada comunidade. Para os peregrinos, meditar e rezar podem ser tarefas a realizar enquanto andam sós ou em companhia, mas observar a paisagem também o é. Se Coimbra vai vindo passar para Santiago caminhantes, vê igualmente os que, em épocas específicas do ano, vão para Fátima, vindo estes peregrinos essencialmente da zona norte do país. Para aí, muitos madeirenses também vão, embora o façam, sobretudo, a partir da zona de Lisboa, por ser mais perto de Leiria-Fátima.

Andar a pé, em plena pujança da indústria automóvel que pensa em carros inteligentes sem automobilistas, parece ser descabido. Todavia, nunca esteve tão na moda por questões de lazer e, um pouco por todo o país, vão surgindo expressões como “fazer trilhos” (como nos Açores), “fazer levadas” (como na Madeira) ou “fazer caminhadas” (em toda a parte). Basta falar com qualquer idoso de oitenta ou noventa anos para perceber que, se pudesse escolher, preferiria o automóvel ao esforço físico da caminhada, que, durante toda a vida, tivera por necessidade de realizar. Pegue-se no caso de um homem da Beira Alta, mais precisamente de Ruivós, uma pequena aldeia do distrito da Guarda e do concelho do Sabugal. Se, hoje, lhe derem a escolher entre ir de carro ou a pé, opta, obviamente, pelo carro. No passado, ninguém lhe daria qualquer opção porque caminhar era inevitável. Outros tempos de poucas oportunidades! Deixar Ruivós, uma pequena aldeia beirã da Raia (no interior da zona centro, área de fronteira entre Portugal e Espanha, tendo alguns territórios transitados de um para outro lado, na época medieval), e ir morar para Coimbra foi uma oportunidade. Apesar da mudança, a terra natal vem, muitas vezes, à lembrança no seu discurso, sobretudo pelas recordações da infância. Este homem, que é de Ruivós, onde nasceu em 1929, será o informante que permitirá recolher e listar, para memória futura, alguma toponímia da aldeia ou dela circundante, relacionando-se o tema com a Paisagem Linguística, por um lado, e o Património Linguístico, pelo outro, a fim de procurar afinidades com o que se conhece da Região Autónoma da Madeira.

Geralmente, associa-se, a qualquer topónimo, um gentílico que dele deriva, formando-se com um sufixo como “-ense” (ex.: Sabugal – sabugalense/ Coimbra – conimbricense/ Madeira – madeirense). Considerando-se o topónimo, de um lado, e o gentílico, do outro, verifica-se que nem sempre têm ambos existência diária. No caso de aldeias do concelho do Sabugal como Ruivós isso é um facto. Ao topónimo, não corresponde um gentílico específico. Portanto, aquele (o topónimo) é mais importante do que este (o gentílico). O nome do lugar é fundamental, enquanto o nome com que se designa o habitante é secundário, sendo mesmo dispensável. Poder-se-ia pensar que um implicaria sempre o outro, mas tal não se verifica. As populações usam uma expressão perifrástica que é empregue em vez do

gentílico e, nela, ocorre o topónimo. Assim, segundo o informante, ele “é de Ruivós”. Logo, “ser de Ruivós” implica reconhecer o nascido e criado nessa localidade, cujo gentílico se desconhece porque não é empregue, já que o “ser de” substitui o nome que se dá ao habitante. Poderá criar-se (ou poderá existir em documentação oficial). Porém, ele não é usado pela população que procede do reconhecimento dos habitantes das outras localidades precisamente da mesma maneira: “ser da Bismula”, “ser da Nave”, “ser da Ruvina”, etc. O “ser de” um local e casar noutro, para ir viver noutro ainda, obriga a manter sempre o ponto de nascimento como o de origem identificadora, inclusive se os pais têm uma naturalidade diferente. Portanto, o informante “é de Ruivós”, embora viva em Coimbra há cerca de trinta anos.

Ruivós (Sabugal-Guarda) praticamente não aparece em bibliografia dedicada ao concelho do Sabugal (vejam-se, por exemplo, os levantamentos dedicados ao concelho em revistas e jornais, extremamente úteis, concebidos por Jorge Torres (2010, 2011b e 2017) e Vítor Pereira (2008) para a revista *Sabucale*). Merecia, no entanto, como outras ao seu redor, ser alvo de estudo. A aldeia situa-se num cruzamento de rotas que, hoje, se percebe ser um centro nuclear de pontos próximos (Bismula, Aldeia da Dona, Nave, Vale das Éguas e Ruvina) e outros algo mais ou menos distantes (Valongo, Vila Boa, Rendo, Carvalhal, Badamalos, Arrifana, Batocas, Alfaiates, Aldeia da Ponte, etc.). Observando a figura 2, uma reconstrução artificial em formato de estrela, compreende-se isso mesmo, já que é um ponto central de onde partem e chegam caminhos, o que poderia suceder com as restantes aldeias, formando-se uma rede com vários cruzamentos.

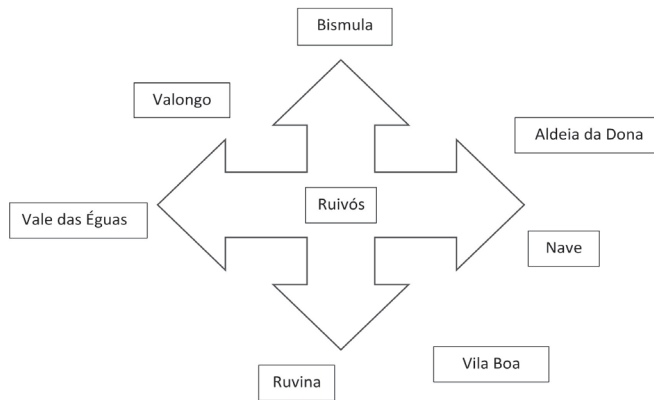


Fig. 2 – Ruivós: no cruzamento de rotas pedonais.

Por regra, a localidade não é o destino do caminhante, visto que, segundo o informante, pouco há em Ruivós que atraia o forasteiro. Todavia, afigura-se ser uma localidade histórica, e inclusive pré-histórica, com muitas histórias para contar. Ela regista-se em pedras talhadas no granito, tidas como sepulturas antropomórficas (e, segundo consta, terá havido antas na tapada das Cruzes) espalhadas em redor da povoação e que não

chamam muito a atenção do habitante local. Mereciam ser minuciosamente analisadas por estudiosos competentes. Sinal de uma influência judaica, segundo um familiar explicava, parece ser a existência de uma amoreira ao lado de uma igreja. Contam que algumas tropas napoleónicas caminharam por ali, no século XIX, havendo, pelo menos, uma lenda que o atesta e que se guarda para outras publicações. As rotas de contrabando na zona fronteiriça com a Espanha, nomeadamente durante a Guerra Civil Espanhola, também terão passado por aqui. O idoso tem aventuras para contar porque andou nessas rotas. Assim, no discurso do informante nascido e criado em Ruivós, a localidade é uma aldeia sem grande importância passada e presente. Parece-lhe isolada e insignificante. Afinal, para quem ouve com alguma atenção, nas histórias que este idoso vai contando, Ruivós foi um centro, um cruzamento, um ponto de intercessão entre vários caminhos. Por isso, teria alguma importância. Por exemplo, havia quem passasse por ali para ir vender tabaco ou outras mercadorias, nas mais diversas festas e em muitas romarias, assim como nas feiras e nos mercados. Essa localização estratégica poderia ser de quase todas as outras localidades indicadas na figura 2 (e de outras mais em qualquer território português, continental ou insular) porque as povoações vão aparecendo ao longo do caminho de quem anda – a pé ou por outro meio – de um ponto para o outro. Por exemplo, há cinquenta-sessenta anos, quem fosse da Bismula e quisesse ir ao mercado do Sabugal, a vila que é sede de concelho, a pé ou a cavalo, passaria, decerto, por Ruivós. Hoje, com uma rede de estradas mais definida, isso já não se verificará tanto. Aliás, com a alteração das freguesias, aquando da última reforma territorial, Ruivós deixou de valer por si só, integrando, administrativamente, a junção de três freguesias para formar apenas uma: Ruivós-Vale das Éguas-Ruvina, equivalendo, as três, a uma Junta de Freguesia.

A estrutura estrelar em que se pode localizar Ruivós no centro, como na Figura 2, leva à ligação com as localidades mais próximas. A relação com cada uma delas é identificada no discurso do informante como “o Caminho de ...”: “o Caminho de Vale das Éguas” (Ruivós-Vale das Éguas), “o Caminho d’Aldeia da Dona” (Ruivós-Aldeia da Dona), “o Caminho da Nave” (Ruivós-Nave), “o Caminho da Ruvina” (Ruivós-Ruvina), etc. Na identificação, surge apenas o ponto de chegada, a localidade para onde se dirige o caminhante. A classificação de “**caminho**” pressupõe um traçado com, em princípio, um piso de terra batida ladeado, normalmente, por muros que delimitam terrenos, ou seja, propriedade privada. A largura pode ser ampla ou mais estreita, dando para carochas puxadas por burros ou mulas e carros de bois passarem. A primeira estrada (por oposição a “caminho”) existente em Ruivós não tem muitas décadas. Resulta da transformação do “Caminho da Ruvina” que deixou de ser de terra. Isso aconteceu na década de 60 do século XX, quando a emigração (grande parte “a salto”, ou seja, clandestina e, por isso, ilegal, em que este idoso também participou) para países da Europa Ocidental como a França, o Luxemburgo, a Bélgica, a Suíça ou a Alemanha, já começava a ser considerável. Ocorreu, nessa ocasião, um dos maiores esvaziamentos populacionais da povoação. A partir daí, os automóveis começaram a circular, fazendo-se a entrada ou a saída pelo “Caminho da

Ruvina” e havendo que dar voltas maiores para ir até às localidades mais próximas porque os caminhos eram intransitáveis para as viaturas. Apenas quem fosse a pé continuava a movimentar-se pelos (outros) caminhos. Hoje, a ligação à Bismula, a Vale das Éguas e à Nave também se faz, pelo menos em parte (da Nave, por exemplo, passa-se obrigatoriamente pela Ruvina e vice-versa), de automóvel. O Caminho da Aldeia da Dona é intransitável para carros de passageiros, embora acessível a veículos agrícolas. É importante realçar que a paisagem ao longo dos caminhos foi mudando com o tempo (cf., por exemplo, Cameijo, 2016). Outrora, como um pouco por Portugal inteiro – continente e ilhas – as terras eram praticamente todas cultivadas ou com intervenção humana. Hoje, grande parte está ao abandono e o silvado vai-se espalhando à vontade.

Nota-se, igualmente, uma mudança a nível da tipologia da propriedade na localidade raiana. Agora, os minifúndios do passado – marcados por muros de pedras existentes ao longo dos caminhos – vão sendo reagrupados porque, com os fundos europeus, é mais proveitoso alargar a propriedade. Ainda não se chegou àquilo que se conheceu na História da Humanidade como os latifúndios, mas parece que o futuro é mesmo esse, numa aldeia como Ruivós, no interior “desertificado”. As poucas famílias que ficaram vão comprando a quem saiu e vende as propriedades. Assim, vão juntando o que as heranças do passado foram dividindo. Hoje, há manadas de gado a pastar e os terrenos deixam de ser cultivados para se tornarem, exclusivamente, pastagens (cf. abaixo “lameiros”), onde, por vezes, as vacas pernoitam. No artigo “Os lugares e o tempo: registos de mudança na paisagem do Sabugal” (Cameijo, 2016), reencontra-se, em certa medida, a ideia que se tem defendido. A paisagem está em mudança e a estrutura visível dos solos também. Além das alterações na paisagem e no abandono da terra, vai havendo mudanças nos proprietários e, conseqüentemente, na designação da toponímia da aldeia. O que, antigamente, era de fulano tal, agora, é de sicrano; o reflexo da mudança reencontra-se, assim, nos nomes dos lugares.

## **2. A toponímia e a Paisagem Linguística (PL) em Ruivós: da PL Escrita à PL Oral**

Tem-se defendido que a verdadeira “Paisagem Linguística” é a descrição paisagística (Rebelo, 2017a), quer em literatura ficcional, quer em documentação turística, visto que a paisagem (por essência, a natural) não comporta marcas linguísticas, existindo estas, essencialmente, em meios citadinos, com um número bastante variável de informação verbal. Está-se em crer que as marcas linguísticas na paisagem são colocadas, sobretudo, por razões de identificação e de localização de forasteiros ou, então, por razões burocráticas e administrativas, como a do correio postal, embora este esteja cada vez mais em desuso, ou a marcação de contadores de serviços como água, luz e gás, além das comunicações. Por conseguinte, as razões que justificam a existência de linguagem verbal na paisagem podem ser díspares. Pensando um pouco sobre o assunto, a partir de lugares como a aldeia de Ruivós, a Paisagem Linguística assume-se em duas vertentes ou é uma **Paisagem Linguística Escrita** ou uma **Paisagem Linguística**

**Oral.** Além do mais, a escrita está cartografada, estando, por isso, marcada, particularmente, em mapas, e a não marcada, não escrita, ou, se se quiser, a não cartografada, é do registo oral porque não vem grafada em lado nenhum visível na paisagem, embora seja do conhecimento da população, nomeadamente a local. É, por isso, Património Linguístico de tradição oral. Possui quer uma vertente familiar (os nomes das propriedades são do conhecimento dos membros da família proprietária: a **Paisagem Linguística Oral Particular**), quer comunitária (os nomes são comuns a todos os habitantes da localidade porque todos sabem quem são os legítimos donos das propriedades: a **Paisagem Linguística Oral Geral**). Portanto, a PL escrita, além de ter marcas da linguagem verbal na própria paisagem, está cartografada, nomeadamente pela Geografia, que regista a paisagem – incluindo a toponímia – em diversos tipos de mapas. A PL oral, porque é uma Paisagem Linguística não marcada, é desconhecida de quem não for da comunidade, não estando assinalada em nenhum mapa. A paisagem não é associada a nenhum nome para quem vem de fora, mas esta tem--nos (como se houvesse inscrições) para quem é da localidade. Cada pedaço de terra tem nome específico, assim como cada habitação ou palheiro ou outro tipo de construção. No entanto, apenas os membros da comunidade os conhecem, uma vez que, em princípio, não estão cartografados. São Património Linguístico da comunidade transmitido de geração em geração pela tradição oral.

Logo, a marcada ocorre, por exemplo, em descrições escritas, assim como em mapas de todo o tipo. Na consulta de qualquer mapa do concelho do Sabugal, surgem os topónimos das aldeias que vão rodeando, como satélites em anéis sucessivos, a vila raiana banhada pelo rio Coa (ou Côa, seguindo a grafia mais antiga que mantém o acento circunflexo). A Internet, através do Google conserva o mesmo tipo de cartografia. É, no fundo, uma paisagem linguística constituída apenas pelos topónimos das povoações ou de um ou outro local de interesse. Esta aplicação da Net permite visualizar as fotografias tiradas, aquando do levantamento fílmico realizado há alguns anos pela empresa americana. Este sistema possibilita (re)ver o casario, as ruas e tudo o que foi captado pelas câmaras, no momento preciso da passagem do carro que captou as imagens e que, agora, estão disponíveis num qualquer suporte digital, com acesso à Internet. Visionar a aldeia de Ruivós por este sistema é bastante limitado porque não dá para aceder à maior parte das artérias, nem se afastar do centro da aldeia, mesmo se os “limites” (termo empregue pelo informante para indicar a linha divisória sem qualquer indicação visível entre esta localidade e as vizinhas) da aldeia se expandem para mais longe. Embora haja mais hoje do que no passado, na paisagem de Ruivós, observam-se poucas placas e verifica-se que não são visíveis ao longe, tendo surgido para informação de forasteiros (cf. Fig. 3 e 4). A Paisagem Linguística marcada surge na placa toponímica numa entrada/ saída da aldeia. Mais recentemente, há ruas identificadas, outras placas informativas e existe uma ou outra casa que tem o nome da família inscrito, por regra pintado, ou na íntegra ou com iniciais (cf. Fig. 5), a fim de nomear a propriedade. Sendo Ruivós um território de caça, são,



Fig. 3 – Placa toponímica a identificar Ruvívós e a dar as boas-vindas. (Fotografia de Germano Rebelo)

igualmente, visíveis símbolos e indicações específicas para caçadores vindos de fora (cf. Fig. 6)

Além destas parcas marcas simbólicas e linguísticas, é possível dizer que não existe Paisagem Linguística na aldeia. Por que razão será assim? Crê-se, como se indicou, que a Paisagem Linguística não é materializada em placas porque cada habitante (ou antigo habitante, como é o caso do informante) tem essa paisagem interiorizada – decorada (um saber que vem do coração), se assim se pode dizer – e não precisa de a materializar porque a conhece, embora não exista em nenhum mapa. Os nomes das casas e dos terrenos podem figurar no Registo Predial, mas os nomes que têm não serão, provavelmente, coincidentes com os que a população emprega (ou usou, já que a mudança está em curso). Há todo um conhecimento que é Património Linguístico Oral ligado à toponímia. Esta é pertença das gerações mais velhas que a vão

legando às mais novas. Todos sabem de quem são as casas e os terrenos: a propriedade privada. Nenhum habitante da aldeia tem necessidade de placas informativas. O mesmo sucede no todo nacional, inclusive nas ilhas. Além disso, como herança, para os campos, também existem os chamados “marcos” (cf. Fig. 7, pedras que assinalam as fronteiras, os limites dos terrenos) a delimitar a propriedade. Para quem era analfabeto, estes sinais eram suficientes e deviam ser respeitados, embora houvesse histórias de quem arrancasse os marcos para proveito próprio ou os desviasse sem avisar os interessados, alterando-lhes a localização, mas isso era imediatamente assinalado por quem



Fig. 4 – Paisagem Linguística Escrita em placas informativas no Largo da Fonte.

Fotografia de Jorge Torres (2020)



Fig. 5 – Paisagem Linguística Escrita com iniciais do proprietário.  
Fotografia de Jorge Torres (2020)



Fig. 6 – Paisagem Marcada por símbolos e sinais de caça.  
Fotografia de Jorge Torres (2020)

conhecia a sua real posição, sendo, normalmente, seu o terreno vizinho. O informante conta histórias dessas que mereciam registo para compreender o quanto a posse da terra foi sempre fundamental, no passado, enquanto hoje tende a ser desvalorizada por quem não reside na aldeia porque quem por lá permanece nutre a mesma sensação da sua importância, continuando a terra a ser sinal de riqueza.

Portanto, quando, na paisagem, existem marcas linguísticas, estas são, acima de tudo, para quem vem de fora. Porém, estes forasteiros também não sentem, com frequência, a necessidade de identificação/ informação particular porque estão ali de passagem, numa rota que os levará para outro destino. Este processo será comum a todas as aldeias, ou seja, aos pequenos aglomerados de casas de qualquer território rural, na zona centro de Portugal, com indubitáveis semelhanças para outras geografias nacionais, incluindo nas ilhas. Curiosamente, a língua portuguesa vai assumindo especificidades e o termo “aldeia” não se emprega em todo o

território. Por exemplo, na Região Autónoma da Madeira, as populações preferem “sítio” (povoação um pouco maior a que se ligam “lugares”) e “lugar” (conjunto de casario pequeno, dependente do “sítio”), como parece ocorrer, igualmente, no Algarve, segundo informação recolhida há alguns anos. O termo “freguesia” é, no entanto, coincidente e emprega-se em qualquer lado. Todavia, estas questões de paisagem marcada, ou não, são comuns ao território português, seja ele continental ou arquipelágico. Os habitantes locais prescindem da linguagem verbal na paisagem porque a têm memorizada desde criança, já que a foram aprendendo e, deste modo, se diz, por exemplo, que aquela é “a casa da ti Ana” (a mãe de família) ou se fala na casa do “Manel da ti Ana” (mencionando a mãe para identificar o filho). Isso não está escrito em lado nenhum, mesmo se é sabido de cada um porque a identificação se faz pelo nome das pessoas e todos se conhecem uns aos outros, constituindo uma comunidade, o que explica a forma de tratamento por “tio” / “tia” ou “ti”. Quando já não conhecem os descendentes, estes interligam-se com os pais: “ser filho(a) de x” (o



Fig. 7 – Um marco: sinal da divisão da propriedade.

Fotografia de Jorge Torres (2020)

verbo “ser” é tão essencial para a substituição do gentílico quanto para a identificação do indivíduo no seio comunitário), o que permite reconhecer os herdeiros desta ou daquela propriedade. Por terem amigos ou familiares ali, os forasteiros que iam passando por Ruivós, pelos motivos mais diversos, também tinham esse conhecimento e, na maior parte das vezes, não necessitavam de identificação. Além disso, como sempre se fez e se continua a fazer, quando não se sabe, pergunta-se. É também útil lembrar que a população, no passado, era praticamente analfabeta e o facto de não saber nem ler, nem escrever levava a que a linguagem verbal na paisagem fosse completamente desnecessária. Logo, Ruivós tem uma Paisagem Linguística essencialmente não marcada porque oral. Através da memória do informante aqui inquirido, elabora-se um breve levantamento toponímico dos terrenos nos diversos caminhos identificados porque esses nomes são bens orais em vias de extinção: um Património Linguístico

que se perderá com os novos tempos e as mudanças, incluindo culturais, em curso. A toponímia é uma área de estudo extremamente rica e interdisciplinar que convém ter em conta no âmbito da Linguística, mas não só (cf., por exemplo, a Revista *Beira Alta*, no período que vai de 1995 a 2001, em que Almeida Fernandes publica uma série de artigos sobre toponímia, havendo uma dezena com referências a localidades do concelho do Sabugal, evidenciada na Revista *Sabucale*, ou a *Revista Altitude* para um trabalho sobre toponímia de José David Batista, assim como o texto de 2008 da autoria de Santos Vaz dedicado ao topónimo “Bismula”, cuja referência se encontrou na Revista *Sabucale*, n.º 7). A publicação “A origem do nome do rio Côa, a propósito do estudo da toponímia da antiga atividade mineira” de Marcos Osório e Paulo Marcos é muito interessante, sendo reveladora do quanto a interdisciplinaridade é fundamental para entender muitas questões, quer do âmbito da Paisagem Linguística, quer do domínio do Património Linguístico.

### **3. Ruivós: a toponímia e o Património Linguístico**

Ruivós é uma aldeia que concentra o casario, tendo, basicamente, um formato circular. Divide-se em três partes que se ouvem identificar do seguinte modo, na boca do informante: o “Cimo do Povo” (“povo”, aqui, é sinónimo de “povoação” ou “aldeia”), a “Rua do Meio” (a parte central) e o “Largo da Fonte” (a parte baixa, por oposição ao “Cimo”). A igreja de pedra com campanário granítico (cf. Fig. 8) situa-se no Cimo do Povo e o cemitério (cf. Fig. 9 e 10) com a capela de São Paulo, o padroeiro festejado a 25 do primeiro mês do ano, está na extremidade da aldeia no Caminho da Nave. Antigamente, nessa zona, não havia habitações. Pelo contrário, hoje, há quem opte por construir nessa área, desviando-se do que seria a tradição. O facto de não haver sino (cf. Fig. 9 e 10), embora haja a indicação da sua existência, é explicado com uma lenda que a população perpetua de geração em geração, podendo contar-se noutra ocasião.

A nível da construção religiosa, depois do Largo da Fonte, seguindo para o Caminho da Nave, está, ainda no perímetro da aldeia, e não muito longe, a Capela da Graça, que tinha sempre uma mulher como “mordoma” (e presume-se que continue a ser uma mulher a responsável pela festa: diz-se “festeira”, na Madeira). Outro edifício relativamente recente é a Capela da Santíssima Trindade, na zona dos Conlaços, que ficou em ruínas (sendo impossível apurar as causas desta degradação) e que voltou a ser erguida. Há, aí, umas “alminhas” no cruzamento de Vale das Éguas para a Bismula e para Valongo, na zona das Areeiras. Hoje, neste cruzamento, o Caminho de Valongo foi transformado em estrada, assim como o Caminho de Vale das Éguas para a Bismula, que passa por Ruivós, embora algo afastado do casario. É importante referir que a parte fundamental da aldeia não é a da localização da igreja, como se poderia esperar, porque é o Largo da Fonte (cf. Fig. 11), onde se encontra também um chafariz (com torneira que não existe na fonte, já que, nesta, a água era apanhada com uma corda e um balde). Hoje, as casas têm, quase todas, água canalizada (um serviço municipal que terá uma dezena de anos). Porém, no passado, o chafariz



Fig. 8 – Campanário junto à igreja, no Cimo do Povo.  
Fotografia cedida por Germano Rebelo

era essencial para ter água potável em casa e, antes dele, era-o a fonte, um recurso primitivo e essencial para a sobrevivência. Na época de veraneio, poderia acontecer que o chafariz secasse e, então, a fonte tornava-se essencial, inclusive para dar de beber ao gado, mas também para o consumo diário. Pode pensar-se que a água, sendo vital, é o centro da comunidade. Provavelmente por isso se ouve o ditado, “todos os caminhos vão dar à fonte”, que parece um decalque do famoso “todos os caminhos vão dar a Roma”. Conta o informante que, na fonte, antigamente, apanhavam a água “à tigela para pôr no cântaro” e levar para casa: ir à fonte durou até meados do século XX.

À saída do Largo da Fonte, no sentido do Caminho da Ruvina, do lado direito, houve, em tempos não muito longínquos (a tal dezena de anos antes da canalização generalizada da água enquanto serviço municipal), uma presa (reservatório de terra batida para a água da chuva que era ali retida, constituindo uma reserva de água acumulada – “presa” – para determinados

fins específicos). Não servindo para o consumo, era onde as mulheres lavavam a roupa e conviviam um pouco, antes da construção em cimento destinada a esse fim (cf. Fig. 11). Hoje, está completamente seca, deixando de existir ali qualquer reservatório de água “presa”, o que terá acontecido há cerca de duas ou três décadas. O Largo da Fonte teve, no passado (cerca



Fig. 9 – Entrada exterior do cemitério com caminho arborizado de ambos os lados.  
Fotografia de Jorge Torres (2020)



Fig. 10 – Entrada interior do cemitério após o portão.  
Fotografia de Jorge Torres (2020)

de trinta-quarenta anos), um forno comunitário e era também conhecido como o Largo do Forno, construção que, por deixar de ter utilidade para a comunidade, foi “deitada abaixo”, não havendo do forno qualquer vestígio, a não ser na toponímia oral (sem qualquer vertente escrita como se disse) que identifica em algumas famílias determinadas propriedades. O informante ainda situa uma casa como sendo a “casa do forno”, isto é, a casa de família que se localizava em frente ao forno comunitário, se bem que este já não exista. Portanto, o topónimo Largo do Forno, ainda da tradição oral, foi substituído por Largo da Fonte, que, com o passar dos anos, também poderá vir a ser apagado, quando a fonte deixar de ter valor comunitário. As vivências comunitárias, sociais e culturais, provocam alterações de hábitos que se manifestam a diversos níveis, inclusive linguísticos. É importante perguntar: Por que razão o forno comunitário deixou de ter utilidade e foi destruído? As explicações serão multicausais, mas uma leitura histórica possibilita observar que as mulheres ocuparam em grande medida o lugar dos homens emigrados, nas tarefas do campo, sobrando-lhes pouco tempo livre. Começou a surgir um padeiro (depois houve mais) que vinha vender pão (incluindo “pão espanhol” com formato específico), facilitando a tarefa às mulheres que, comprando-o, evitavam todo o trabalho do longo processo



Fig. 11 – A fonte ladeada de um recente lavatório  
Fotografia cedida por Germano Rebelo

do fabrico do verdadeiro “pão caseiro”, cozido no forno comunitário, que não é comparável ao que hoje se prepara com máquinas em casa. É uma explicação que, evidentemente, não pode ser única. Ler hoje as razões do passado nem sempre é evidente.

Antes que se apague este passado, regista-se, com base nas lembranças do informante, sem qualquer outro critério de seriação, a toponímia da Paisagem Linguística Oral Particular e Geral. Procede-se assim por se reconhecer que é Património Linguístico em vias de extinção, tanto pela mudança dos proprietários como pelas alterações paisagísticas que vão sendo introduzidas, com a junção de propriedades. Indo por cada caminho identificado na figura 2, constitui-se um levantamento, conciso, dos nomes indicados pelo informante para os topónimos junto dos caminhos no cruzamento de Ruivós até aos “limites” (fronteiras) desta com as aldeias vizinhas. Além deles, consideram-se, em primeiro lugar, nomes que fazem parte integrante da própria aldeia, uma vez que não estão situados junto a qualquer caminho com destino a outra povoação. São maioritariamente **topónimos originais**.

### LEVANTAMENTO TOPONÍMICO

- RUIVÓS: Barreirinha, Pedrões, Prado da Parede, Vale das Malhadas, Cabeço Mateus, Terra da Calamota (ou Quinta Nova) – estes topónimos não estão junto, ou à beira, dos caminhos que levam a outras aldeias, mas são referidos pelo informante por não se encontrarem muito distantes
- RUIVÓS – RUVINA: Tapada da Fonte, a Escola-Casa do Povo, os Carvalhos, Horta do Caminho da Ruvina, Frágua, Barroquinho Branco, Tapada do Ruivo, Lameiro do Ruivo (eram ambos das freiras do Colégio da Ruvina) – limite da Ruvina
- RUIVÓS – NAVE: Capela da Senhora da Graça, Cemitério, Capela de São Paulo, Tapada Longa, Lameirão, Prado do Bicho, Valdeiras – limite da Nave
- RUIVÓS – VILA BOA: Carvalheiras, Correlhada e os restantes da Ruvina – sem mais indicação toponímica específica porque o Caminho de Vila Boa está, há muito, “abandonado”
- RUIVÓS – ALDEIA DA DONA: Pontão, Lameiros do Pontão, Fontanhão, Murça, Tapada Relva, Coito (variante de Couto?), Ribeira (no limite da Bismula) – limite da Aldeia da Dona
- RUIVÓS – BISMULA: Fontes Novas, Arrapada, Cabeço da Lage (do Coito), Pontão da Bismula – limite da Bismula que também “toca” com a Aldeia da Dona
- RUIVÓS – VALONGO: Cavaleiras, Capela da Santíssima Trindade, Terra da Mina (“havia poços por ali”), Conlaços, Areiras – sem outra indicação toponímica
- RUIVÓS – VALE DAS ÉGUAS: Lameiro do Marechal, Cavaleiro, Canchais, Mocho, Miguelão – limite de Vale das Éguas

A cerca de meia centena de nomes listados ainda mantém alguma vitalidade na memória do informante, que começa a querer reduzir o

conhecimento àquilo que lhe parece ser essencial: aos nomes das aldeias em si. Haverá mais, mas estes foram os recorrentes e os que ele indicou. São, portanto, os que se deixam registados. Ao observar os topónimos elencados e outros com a indicação do tipo de terreno em associação com o proprietário, que não se registam por acrescentarem informação que identifica pessoas, surgem imediatamente dois tópicos centrais para uma pergunta generalizada e sem resposta: De onde vêm os nomes dos topónimos: aldeias ou terrenos? Um trabalho como “Topónimos dinamantinos: motivação, estrutura, morfológica e etimologia” (Santos e Silva, 2019) aponta para explicações interessantes. Tudo tem um nome, incluindo o território paisagístico, e, quando parece não ter nome porque se desconhece, designa-se por “coisa” ou “isso/ isto/ aquilo”, servindo os demonstrativos para apontar, mais do que nomear. Entende-se que, no geral, há dois modos de encarar o assunto: a estranheza e a familiaridade. Primeiro, para o forasteiro, quando confrontado com a toponímia oral (a tal Paisagem Linguística Oral), os nomes soam a estranho. Para quem os ouve pela primeira vez ou não os usa habitualmente – pensa neles e no que significam, causando-lhe estranheza, o que pode mesmo levar à curiosidade, procurando a motivação linguística. Segundo, para os locais, os nomes são corriqueiros porque estão familiarizados com eles. Quem os usa habitualmente não os questiona, aceitando-os sem qualquer pontinha de bizzarria. De onde vêm? Que origem têm? Quem colocou esses nomes? Por que razão surgem? Como explicar um topónimo como Ruivós? A justificação recorrente é que os habitantes eram, na generalidade, ruivos. Será essa a causa? A investigação teria de ser aprofundada. A propósito, Marcos Osório e Paulo Marcos em “A origem do nome do rio Cda, a propósito do estudo da toponímia da antiga atividade mineira” (Sabucal, 2017), escrevem, mantendo a ideia da cor, mas divergindo, porém, completamente, do elemento que a recebe:

*As aldeias de **Ruivós** e **Ruivina** são outros dois casos paradigmáticos, tal como a povoação vizinha de Vale das Éguas. Devido à concentração de explorações de ferro e estanho assinaladas nos séculos XIX e XX nestas três freguesias, atribuímos para a origem dos seus nomes uma interpretação etimológica completamente distinta às propostas anteriores, pouco credíveis e de carácter lendário. Se consideramos que os dois termos geminados podem referir-se à cor ‘ruiva’ de tonalidade avermelhada ou ‘rubia’ (no castelhano) de coloração amarelada, acreditamos que à semelhança de outros lugares, como o Seixo Amarelo (Guarda), o Cabeço Vermelho (Fóios) ou a Aldeia Ruiva (Guarda), existiriam no passado evidências da existência de filões, veios ou solos de coloração avermelhada ou amarelada que terão justificado esta nomenclatura. (p. 30)*

Adicionam a seguinte nota “(11) No registo camarário de licenças mineiras foi autorizada, em 1950, a exploração de urânio, torbernite e autonite numa mina com a denominação de Ruivós, a menos de 1 km do vértice

*geodésico do São Cornélio (Sortelha), ainda não identificada no terreno.*”, o que é importante para corroborar a posição que defendem, quanto à explicação para o topónimo Ruivós. Esta apresenta-se como bastante credível.

Relativamente aos topónimos da Paisagem Linguística Oral, do conjunto ouvido ao informante, certos nomes não constam da listagem porque não são topónimos específicos, com nome autónomo e original, mas implicam nome de pessoas. Alguns vão variando em função dos seus proprietários (a casa da Ti X, a tapada do Ti Y como a “tapada das freiras”, etc.). A propósito, é importante referir que “as freiras” viviam, e continuam a viver, num Colégio, na Ruvina (o “Colégio da Ruvina”). Estava ligado ao Colégio da Cerdeira, por ser da mesma congregação religiosa. Várias propriedades como a “tapada de Valdeiras”, com o lameiro por perto, pertencia às “freiras”. Logo, a formulação identificadora é a seguinte: **um elemento linguístico nuclear indica o tipo de terreno – horta, lameiro, tapada, entre outros – ou de construção – como casa, palheiro, etc. – e, de seguida, vem a identificação do proprietário ou com o nome próprio (ex.: a horta do Ti Y) ou pelo nome comum (ex.: a tapada das freiras)**. Como se disse, este processo linguístico é recorrente e muito produtivo, mais frequente que o recurso aos nomes próprios em si, identificados pelo informante, podendo estes ser designados pela tipologia do terreno à qual se associa o “topónimo original”. Assim, outro processo constitui-se do seguinte modo: **um elemento linguístico nuclear indica o tipo de terreno – horta, lameiro, tapada, entre outros – ou de construção – como casa, palheiro, etc. – e, de seguida, vem a identificação do topónimo original (ex.: a tapada de Valdeiras)**. É o que se observa por exemplo quando os topónimos podem ser conhecidos de toda a comunidade, isto é, de toda a aldeia, mas serem também, como se viu, particulares, por serem exclusivos de uma determinada família. Nestes casos, o informante cita, várias vezes, **referências particulares: a horta do Caminho da Ruvina e a vinha do Prado da Parede, podendo incluir o possessivo (ex.: a nossa horta do Caminho da Ruvina e a nossa vinha do Prado da Parede)**. Além disso, emprega termos como “os prédios” ou “as sortes” para designar **conjuntos de propriedades, de diversas tipologias, agrupadas num determinado local e, por isso, têm um topónimo comum (ex.: as sortes de Valdeiras)**.

A designação “**sorte**” remete para uma tradição extremamente curiosa de “partilha da terra” entre herdeiros, nomeadamente irmãos, o que explica os minifúndios com a subdivisão da propriedade. Assistiu-se a uma cena destas há largos anos e deixa ainda na memória uns laivos de admiração. Num chapéu, foram colocados papéis com a indicação dos bens a partilhar, isto é, a identificação previamente acordada, no número atribuído a uma propriedade, entre dois irmãos (ambos já pais de família, na casa dos quarenta-cinquenta anos). Os filhos mais pequenos tiravam “à sorte” (daí o plural: “as sortes”) o que ficaria para um e o que seria do outro, quando não dividiam a meio a propriedade, o que sucedeu, por exemplo, com casas. Assim, na designação de “as sortes de Valdeiras”, se se percebeu bem, havia a contar uma “tapada”, um “chão” e um “lameiro”.

Na Beira Alta, ou melhor, no concelho do Sabugal, segundo a informação recolhida previamente, na identificação oral da Paisagem Linguística, vêm, sistematicamente, referidos termos como **“tapada”**, **“lameiro”** e **“chão”**, aos quais se juntam os nomes dos proprietários (ou os possessivos, se dos próprios falantes, identificando-se a localização no “caminho tal” (ex.: a “nossa tapada Relva” no Caminho da Aldeia da Dona). Esta terminologia é completamente distinta da encontrada no território arquipelágico da Madeira, onde, por exemplo, para áreas altas, não se regista a menção a **“cabeço”**, mencionada várias vezes pelo informante, mas a de “pico”, como o Pico do Areeiro ou o Pico de Ana Ferreira (Pico Ana Ferreira), ocorrendo também nos Açores, nomeadamente com o nome da ilha do Pico. Aliás, nenhum dos topónimos originais identificados no levantamento parece existir no arquipélago madeirense. Contudo, embora os falantes ilhéus não pareçam usar **“cabeço”**, este termo registou-se num mapa turístico do Porto Santo: **“cabeço do Zimbralinho”**, quando se ouve apenas **“Zimbralinho”**. Existe, também, em mapas da ilha da Madeira, de que é exemplo o **“cabeço das Covas”**. Curiosamente, não é um vocábulo ouvido à população porque não se registou no discurso dos falantes ilhéus.

Segundo se apurou, junto do informante, uma **“tapada”** é um terreno, sem água de rega, destinado, por isso, ao cultivo de cereais de sequeiro: “pão” (centeio?), trigo ou milho (não regado), mas também é destinado às giestas (para várias funções). Nela, também pode haver “pinhos” (pinheiros), carvalhos ou castanheiros (embora estes últimos prefiram o barro). Pelo contrário, o **“lameiro”** (de “lama”?) é um terreno de pastagem para o gado por estar permanentemente verde, devido à humidade ou água que, naturalmente, comporta, já que não é regado. É daí que, no princípio da época de veraneio se recolhe o feno, ceifado e posto a secar *in loco*, para, depois, ser enfeixado e guardado nos palheiros para alimento do gado durante a estação mais fria. Outro termo recorrente é o de **“chão”**. Indica uma propriedade cultivada com diversas culturas de regadio, sobretudo batata, abóbora, “pimento” (pimentão), pepino, tomate, melão, melancia, milho (para alimentação do gado, já que as maçarocas não são alimento, como noutras partes do território português, nomeadamente a ilha da Madeira), feijão (com vagem, a chamada “bagina” é designada “vaginha” na região arquipelágica madeirense), etc. O que o identifica é o facto de ser solo cultivável e que dará os produtos que serão consumidos ao longo do ano, até às colheitas seguintes. O “chão permite cultivar o que lá se bota [se semeia ou planta]” e distingue-se da **“horta”** porque esta é de dimensão mais pequena, mas a finalidade é a mesma. A rega pode ser feita, quer manualmente, a partir de um poço (cambo e balde para “ogar” [aguar?] – cf. Mendonça (2017, 93 - “burras de augar”) que indica o seguinte na nota 17, comprovando que a variação linguística é uma riqueza devida, sobretudo, à língua falada pelas populações pouco ou nada escolarizadas que, no entanto, são extremamente sábias (Rebello, 2012-2013):

(17) *O termo identifica-se com outro mais vulgarizado – picota: “um aparelho formado por dois paus, um dos quais*

*vertical e fortemente implantado no terreno e outro que gira num eixo fixado na extremidade superior do pau vertical. Numa das pontas do pau móvel suspende-se uma vara delgada, em cuja extremidade inferior está pendurado um balde, enquanto na outra estão presas várias pedras a servir de contrapeso. Como se percebe, a picota é uma balança interfixa, cuja potência se desenvolve na extremidade da vara onde se suspende o balde, estando a resistência na outra extremidade. A resistência é constituída pelo contrapeso de pedras. No Sabugal também se encontram picotas que tomam vários nomes, conforme os lugares.” (cf. Galhano e Dias, 1986)*

Segundo o informante, a rega também pode ser realizada quer a partir de uma presa (“abrir à presa, tirando o “tápúm”, uns panos velhos, uns “farrapos”), quer com a força animal, normalmente um burro, que, andando à roda à volta de um poço, puxa a roda (construção metálica de vasos comunicantes) que traz a água destinada à rega de todas as culturas do “chão”, através de regos.

Contam-se outras designações que se deveriam ter em conta, apesar de aparecerem mais raramente na Paisagem Linguística Oral do informante. Destacam-se, além de “**cabeço**”, a “**vinha**” e o “**pinhal**”, assim como o “**nabal**” (uma tapada em que se semearam nabos, destinados, essencialmente, à alimentação animal). Foi intrigante não ter ocorrido “soito” (souto); compreendeu-se, depois de algum tempo, que, por regra, as pessoas poderiam possuir castanheiros, podendo, ou não, ter a pertença da terra onde estes estavam. Então, as árvores valiam por si e não no seu conjunto. Isso sucedia, com frequência, devido às partilhas das heranças: um herdeiro ficava com a posse da terra e os outros com uma ou mais árvores. O procedimento é revelador da importância que os castanheiros tinham para as populações.

Uma breve comparação destas referências da Paisagem Linguística Oral com os topónimos madeirenses que se conhecem, verifica-se que são profundamente divergentes. A “**fajã**”, o “**poio**”, o “**pico**”, a “**fazenda**”, o “**lombo**”, a “**lombada**”, etc. – nomes dados aos terrenos no território arquipelágico da Madeira – não ocorrem no discurso do informante de Ruivós, a aldeia da Beira Alta referida, situada no distrito da Guarda e pertencente ao concelho do Sabugal. A toponímia será bastante divergente, mas o modo de nomear não é muito distinto, já que em ambos os territórios se usa, por exemplo, um substantivo para designar o tipo de terreno e depois o nome do proprietário ou um qualificativo para indicar determinada característica. Além disso, ao percorrer os “sítios” e “lugares” da Madeira e do Porto Santo, comprova-se que há também toda uma toponímia baseada numa Paisagem Linguística Oral, que, por isso mesmo, não surge nos mapas.

Deduz-se que as vivências do mundo rural têm grandes afinidades, quer no interior português, quer nas ilhas atlânticas. Embora os caminhos de Ruivós não tenham, provavelmente, na altura do povoamento dos territórios insulares, ido dar à Madeira, e os topónimos listados podem comprová-lo,

ambas as populações percorriam quilómetros a pé. Os romances madeirenses do escritor Horácio Bento de Gouveia, entre outros, comprovam-no, assim como a sua própria experiência, já que fazia o percurso da Ribeira Brava a Ponta Delgada por caminhos e veredas porque nem sempre as levadas permitiram essas caminhadas. Provavelmente, nem as populações raianas, nem as insulares madeirenses foram a Santiago de Compostela a pé, em peregrinação, mas havia promessas por cumprir, por exemplo, na Festa da Nossa Senhora da Ajuda, na Malhada Sorda, para quem era do concelho do Sabugal, ou no Bom Jesus [a lembrar o de Braga, no Minho] da Ponta Delgada, na costa norte madeirense, para quem era da ilha da Madeira.

### Conclusão

Na celebração dos 600 anos de Descobrimento do Arquipélago da Madeira, seria importante ter uma ideia do valor da toponímia, ligada à Paisagem Linguística e ao Património Linguístico, para entender a origem dos povoadores, atribuída essencialmente ao Norte (Minho) e ao Sul (Algarve) portugueses. O estudo em curso no âmbito da unidade curricular de Património Linguístico do Mestrado em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira reestabelece a ligação entre o arquipélago e o continente. A hipótese de haver raianos, sobretudo do concelho do Sabugal, neste conjunto, embora nunca tivesse sido colocada, deveria pôr-se e testar-se. Foi o que se empreendeu aqui, através da breve demonstração que se acabou de realizar, isto é, a que se operou a partir de um levantamento de topónimos de Ruivós. Assim, este exercício bastante simples, apesar de tão válido como outro qualquer, comprova que, nos primeiros povoadores da ilha da Madeira e da do Porto Santo, não terão, quase de certeza, ido naturais da Raia. Conclui-se isso porque os topónimos não parecem ter semelhanças. No entanto, mantém-se a vontade de continuar o estudo entre a Raia e a Madeira. A ideia desta pesquisa surgiu, sobretudo, porque, contrariamente ao que os topónimos referidos pelo informante acabam de atestar, parece existir pontos de contacto entre ambos os territórios e é o que se pretende abordar em futuros estudos, sendo a “corça”/ “corsa” (antigo meio de transporte de cargas pesadíssimas) um deles.

### Bibliografia

- BATISTA, José David Lucas (1998) – Notas Etimológicas e Toponímicas, *Altitude*, Guarda, 3.ª série, p. 163-169.
- CAMEIJO, Xavier (2016) – Os lugares e o tempo: registos de mudança na paisagem do Sabugal, *Sabucale*, Sabugal, 8, p. 141-154.
- FERNANDES, A. de Almeida (1995-2001) – A toponímia da Beira Alta no “dicionário onomástico etimológico” de José Pedro Machado, *Beira Alta*, Viseu, 54:3-4, p. 211-243; 56:1-2, p. 15-57; 56:3-4, p. 253-292; 57:1-2, p. 1-38; 57:3-4, p. 237-277; 58:1-2, p. 1-37; 58:3-4, p. 265-299; 59:1-2, p. 1-41; 59:3-4, p. 295-336; 60:1-2, p. 1-50.
- GALHANO, Fernando e DIAS, Jorge (1986) – *Aparelhos de elevar a água de rega*. Lisboa: D. Quixote, p. 140. Citado em MENDONÇA (2017).

- MARTINS, M. Carlos (1941) – Linguagem regional. O falar de Riba-Côa, *Altitude*, Guarda, 1ª série, 1:3, p. 25-26; 1:4, p. 11-14.
- MENDONÇA, Maria Isabel Lopes de (2017) – As formas espaciais do mundo rural: três casos de estudo, *Sabucale*, Sabugal, 9, p. 85-98
- OSÓRIO, Marcos Osório e MARCOS, Paulo (2017) – A origem do nome do rio Côa, a propósito do estudo da toponímia da antiga atividade mineira, *Sabucale*, Sabugal, 9, p. 7-54.
- PEREIRA, Vítor (2008) – O Sabugal, o seu Concelho e a sua História na revista cultural Praça Velha da Câmara Municipal da Guarda, *Sabucale*, Sabugal, 1, p. 105-108.
- REBELO, Helena (2012-2013) – "Um Património Linguístico em Vias de Extinção ou a Sabedoria Linguística dos Idosos Analfabetos: o Arado, o Carro de Bois e o Linho" in *Confluência, Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 43, 2º semestre de 2012, p. 107-137.
- REBELO, Helena (2017a) – “Paisagens Turísticas da Ilha da Madeira como Construções Linguísticas: Bens Patrimoniais Comunitários?”, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Estudos de Paisagem, Lisboa, IHC-FCSH, vol. II, p. 160-177.
- REBELO, Helena (2017b) – “Do Mirandês ao Madeirense: A Génese das Escritas Fonéticas” in *Ecolinguismo e Línguas Minoritárias* de Alberto Gómez Bautista, Lurdes de Castro Moutinho e Rosa Lídia Coimbra (coordenação), Aveiro: UA Editora, p. 59-95, <http://ria.ua.pt/handle/10773/17060>; <http://cllc.web.ua.pt/vl/pt-pt/node/12>
- REBELO, Helena e NUNES, Naidea (2015) – “Regionalismos Madeirenses” in *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, entrada da área da Linguística solicitada pela APCA/CLEPUL, José Eduardo Franco (coord.) <http://aprenderamadeira.net/>
- SANTOS, Elias de Souza; SILVA, Edgar Souza da (2019) – Topônimos dinamantinos: motivação, estrutura, morfológica e etimologia, *RELACult*, 01, jan-abr, artigo nº1423.
- TORRES, Jorge (2010) – O concelho do Sabugal na *Revista Altitude* (Guarda), *Sabucale*, Sabugal, 2, p. 101-105.
- TORRES, Jorge (2011a) – Alminhas de ontem e de hoje, *Sabucale*, Sabugal, 3, p. 83-90.
- TORRES, Jorge (2011b) – O Sabugal nas páginas da revista *Beira Alta*, *Sabucale*, Sabugal, 3, p. 107-110.
- TORRES, Jorge (2017) – *Renascer*, jornal da Associação Cultural e Desportiva e Social de Vilar Maior - referências bibliográficas, *Sabucale*, Sabugal, 9, p. 119-123.
- VAZ, Santos (2008) – “Bismula. Origem do nome”, *Cinco Quinas*, 83, fevereiro, p. 23.

---

(\*) [helenreb@uma.pt](mailto:helenreb@uma.pt)  
Universidade da Madeira-FAH-DLLC / CIERL  
CLLC-Universidade de Aveiro